

ANEXO VII - NOTA EXPLICATIVA

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

AS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS foram elaboradas com a finalidade de parametrizar o procedimento licitatório, a partir de referenciais técnicos do MPU e Manual do STJ e legislação vigente, entretanto, a empresa interessada em participar do processo licitatório, deve observar o seu regime tributário e aplicar as alíquotas de acordo com o seu planejamento sobre as provisões abaixo.

A empresa deve indicar sua filiação sindical e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) utilizadas como referência para a elaboração do orçamento estimado; o licitante pode utilizar a norma de trabalho coletiva diversa daquela adotada pela CESAMA.

MÓDULO 1- COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1.1) ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O empregado que trabalha em condições de periculosidade recebe um adicional de 30% sobre o salário efetivo, não incidindo esse percentual sobre gratificações. Se o empregado trabalhar em serviço insalubre e perigoso, deverá optar pelo adicional de um dos dois. A CCT-2024/SINTEAC prevê para o cargo de limpador de vidros o percentual de 30% de adicional de periculosidade.

1.2) ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Há três graus de insalubridade: máximo, médio e mínimo; os empregados que trabalham em condições insalubres têm assegurada a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário mínimo (art.192 da CLT), salvo se, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional.

Na Cesama, o desempenho de atividades de limpeza e conservação em Unidades com “Estações de Tratamento de Esgoto”, a mão de obra empregada (faxineiro) fará jus ao adicional de insalubridade grau máximo de 40%, devido ao contato com agente insalubre.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS

2.1) 13º SALÁRIO

O custo com 13º salário a ser optado mensalmente na Planilha Analítica é realizado a partir da aplicação do percentual abaixo, sobre a remuneração mensal:

13º Salário = $1/12 \times 100 \rightarrow \% \text{ do } 13^\circ \text{ Salário} \cong 8,33\%$

2.2) ADICIONAL DE FÉRIAS

O custo com adicional de férias é realizado partir da aplicação do percentual abaixo, sobre a renumeração mensal:

Adicional de Férias = $1/3 \times 1/12 \times 100 \rightarrow$ % Adicional de Férias \cong 2,78%

2.3) INSS

Sob essa rubrica tem-se a contribuição do empregador para a Seguridade Social. A contribuição previdenciária corresponde a 20 % sobre o total das renumerações pagas aos empregados, sob qualquer título.

2.4) Salário Educação

O Salário Educação, previsto no art.212, §5º, da Constituição Federal, é devido pelas empresas, em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5%.

2.5) Riscos Ambientais do Trabalho- RAT

Contribuição destinada a custear benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa. O RAT, a depender do grau de risco do serviço, irá variar entre 1%, para risco leve; 2%, para risco médio; e 3% de risco grave.

2.6) SESC

A contribuição para o Serviço Social do Comércio (SESC) tem como objeto custear a organização, administração e manutenção de programas que contribuam para o bem-estar social dos empregados e de suas famílias (1,50%).

2.7) SENAC

A contribuição para o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) tem por fim custear as atividades de organização e administração de escolas de aprendizagens comercial (1,00%).

2.8) SEBRAE

A contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) tem por fim custear programas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. A alíquota de 0,60%, incidente sobre a renumeração paga aos empregados, é devida pelas empresas prestadoras de serviços em geral. Importante mencionar que a alíquota corresponde à soma das alíquotas de 0,3% para o SESC e 0,3% para o SENAC, entidades do Sistema S abrangidas pelas empresas que prestam serviços aos órgãos públicos.

2.9) INCRA

A contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem como finalidade o custeio de programas sociais de aprendizado de técnicas no campo. A contribuição adicional corresponde a 0,20% do total das remunerações pagas, que é devida por todas as empresas, independentemente do ramo de atividade.

2.10) FGTS

Trata-se de contribuição fundiária pela empresa, por força do art. 15 da Lei nº 8.036/1990, correspondente a 8% sobre a renumeração paga aos seus empregados, depositada em conta vinculada individual aberta para cada trabalhador.

MÓDULO 3 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS

3.1) AVISO PRÉVIO INDENIZADO – API

O custo estimado desse item é realizado a partir da fórmula abaixo:

$$\text{API} = \left(\frac{1}{2}\right) \times 0,05 \times 100 \cong \underline{\underline{0,42\%}}$$

3.2) INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O API

No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira:

$$\text{FGTS sobre API} = \text{API} \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0042 \times 0,08 \times 100 \cong \underline{\underline{0,03\%}}$$

3.3) MULTA DO FGTS SOBRE O API:

Para fins deste modelo, considera-se que cerca de 10% dos empregados pedem demissão, e, portanto, o custo da multa sobre o saldo do FGTS recai sobre os 90% remanescentes. Desta maneira, o custo estimado no modelo é:

$$\text{Multa sobre FGTS} = [1 + 2/12 + (1/3 \times 1/12)] \times 0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times 100 \rightarrow \% \text{ Multa sobre FGTS} \cong \underline{\underline{3,44\%}}$$

3.4) AVISO PRÉVIO TRABALHADO - APT

Considerando, hipoteticamente, que todos os empregados deverão ser demitidos ao término da execução, faz-se o cálculo do indicador do custo mensal da seguinte maneira durante os primeiros 12 meses de vigência do contrato:

$$\text{APT} = (7/30) / 12 \times 100 \rightarrow \% \text{ APT} \cong \underline{\underline{1,94\%}}$$

3.5) A INCIDÊNCIA DO SUBMÓDULO 2.2 SOBRE O APT

Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira:

$$\% \text{ Encargos sobre APT} = \% \text{ submódulo 2.2} \times \% \text{ aviso prévio trabalhado}$$

No caso de o contrato ter vigência de 12 meses, os cálculos do modelo serão:

% Encargos sobre APT $\cong 36,80\% \times 1,94\% \rightarrow$ % encargos sobre APT \cong 0,72%

3.6) MULTA DO FGTS SOBRE O APT

A base de cálculo e o índice balizador da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado estão no quadro abaixo:

% Multa e CS sobre FGTS = APT x 0,08 x 0,4 x 100

No caso de o contrário ter vigência de 12 meses, os cálculos do modelo serão:

% Multa e CS sobre FGTS = 0,0194 x 0,08 x 0,4 x 100 = % Multa e CS sobre FGTS \cong 0,062%

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1) SUBSTITUIÇÃO DURANTE FÉRIAS

A estimativa do percentual desta rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

% Cobertura de férias = 1/12 x 100 \rightarrow % Cobertura de férias \cong 8,33%

4.2) SUBSTITUIÇÃO DURANTE AUSÊNCIA POR DOENÇA

Considerando uma estimativa de cinco dias de licença por ano, a estimativa do percentual desta rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

% Ausência por doença = (5 / 30 / 12) x 100 \rightarrow % Ausência por doença \cong 1,39%

4.3) SUBSTITUIÇÃO DURANTE LICENÇA MATERNIDADE

Número estimado de ocorrências: Conforme Anuário Estatístico da RAIS7, elaborado pelo Ministério do Trabalho, as mulheres representaram cerca de 24% do total de empregos no Distrito Federal em 2018 (477.974 do Total de 1.193.098). Já o Anuário Estatístico da Previdência Social dispõe que foi concedida a quantidade de 105.457 salários-maternidade no âmbito do Distrito Federal em 2018. Essa quantidade representa cerca de 22% do total de mulheres empregadas no Distrito Federal no mesmo período. Portanto, a estimativa de uma determinada empregada usufruir 6 (seis) meses de licença maternidade a cada execução contratual é:

0,24 x 0,22 x 100 \cong 5,28% de empregadas afastadas

Rateio do Custo durante Vigência Contratual: Divisão proporcional do custo de 6 (seis) meses de licença por ano (base do nº de ocorrências):

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

$$(6 \text{ meses de licença}) / (12 \text{ meses}) \times 100 = \underline{50\%}$$

Com base nos dados acima, o custo estimado com licença maternidade (CEST) será assim obtido:

$$\% \text{ CEST} = 11,11\% \times 5,28\% \times 50\% \rightarrow \% \text{ CEST} \cong \underline{0,29}$$

4.4) SUBSTITUIÇÃO DURANTE LICENÇA PATERNIDADE

Considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença paternidade por ano (IBGE), a estimativa do percentual desta rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

$$\% \text{LP} = (5 / 30 / 12) \times 0,015 \times 100 \rightarrow \% \text{LP} \cong \underline{0,02\%}$$

4.5) SUBSTITUIÇÃO DURANTE AUSÊNCIAS LEGAIS

Considera-se, no modelo, uma estimativa de que cada empregado usufrua 1 (um) dia de licença por ano (IBGE). Portanto o percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo abaixo:

$$\% \text{AL} = (1 / 30 / 12) \times 100 \rightarrow \text{AL} \cong \underline{0,28\%}$$

4.6) SUBSTITUIÇÃO DURANTE AUSÊNCIAS POR ACIDENTE DE TRABALHO

Considerando uma estimativa de 1,78% dos empregados usufruindo 30 (trinta) dias de licença por ano, a estimativa do percentual desta rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

$$\% \text{AT} = (1 / 12) \times 0,0178 \times 100 \rightarrow \text{LP} \cong \underline{0,07\%}$$

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

5.1) OUTROS (ESPECIFICAR)

Previstos em instrumento Coletivo de Trabalho ou, ainda, por força de Lei.

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6.1) CUSTOS INDIRETOS E LUCRO

Custos indiretos são os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas.

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O lucro é ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.

O lucro incide sobre o total das despesas com a mão de obra e insumos (somatório dos Módulos 1 a 5), mais os custos indiretos.

É considerado a média dos percentuais de lucros e custos indiretos incluídos nas propostas de empresas contratadas para a prestação de serviços, estabelecidos os somatórios percentuais entre **2,00% a 10,00%**.

Observação: Estudos da Secretária da Casa Civil do Estado de São Paulo, bem como contratações recentes realizadas pelo TCU, apresentam percentuais de encargos sociais próximos a 72%.

6.2) TRIBUTOS

Tributos integrantes da planilha de custos são PIS, COFINS E ISS.

A Licitante deve indicar na planilha de custos as alíquotas referentes ao seu regime tributário.

Descrição	Simple Nacional	Lucro Presumido	Lucro Real
Faturamento Permitido	até R\$ 4,8 milhões	até R\$ 78 milhões	não há
PIS	Alíquotas conforme Simple Nacional	0,65%	1,65%
Cofins	Alíquotas conforme Simple Nacional	3%	7,60%
ISS	Alíquotas conforme Simple Nacional	Entre 2% a 5%, de acordo com a determinação do município	Entre 2% a 5%, de acordo com a determinação do município